



1 **Ata da 71ª sessão, extraordinária, da Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade**
2 **de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo**, realizada aos onze dias do mês
3 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, em ambiente virtual, pelo aplicativo *Google Meet*, sob a
4 presidência do professor Guilherme Adolfo dos Santos Mendes e com a presença dos membros:
5 professora Flavia Trentini, professor Jair Aparecido Cardoso, professor Sergio Nojiri, professora
6 Maria Paula Bertran, professor Paulo Eduardo Alves da Silva e a representante discente Rebeqa Lima
7 Cavalcante. Às 10h20, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. **I - ORDEM DO DIA. 1 –**
8 **Discussão sobre o Processo Seletivo do Mestrado 2022.** O Prof. Jair se posicionou contra o
9 processo seletivo *online*, mesmo levando em conta o aspecto social de facilitação para os candidatos.
10 Apontou a falta de servidores para atuarem como fiscais nessa modalidade. O Sr. Presidente indicou
11 que no modo *online* não há garantia de que foi realmente o candidato que fez a prova e que isso
12 enfraquece o rigor do certame. Por outro lado, disse que não saberia como fazer o controle da
13 vacinação dos candidatos, necessário no modo presencial. O Prof. Nojiri destacou que ficaria
14 complicado decidirem agora, já que não sabem como estará o quadro da Covid em abril ou maio. O Sr.
15 Presidente demonstrou sua preocupação com fraudes e sugeriu que colocassem as duas possibilidades
16 (presencial e virtual) no edital, dando uma flexibilidade, a depender do cenário. A Profa. Flavia disse
17 que precisariam inserir a previsão das cotas no Regulamento, pois não pode ir direto para o edital,
18 como foi no ano passado. Em relação à prova, alertou para a necessidade de distanciamento, uso de
19 máscaras etc. Afirmou que não tiveram problemas com servidores para aplicação da prova *online*, que
20 foi com consulta. Apontou que é possível aferir se os melhores projetos coincidem com as melhores
21 provas. Por outro lado, na prova presencial, já houve caso de cola. Portanto, nem mesmo no presencial
22 estariam livres de fraudes. Disse que a questão social é importante, mas, sobretudo, a vantagem do
23 modo *online* é a possibilidade de atrair bons alunos do Brasil inteiro. Citou o caso de um aluno do Acre
24 que nem mesmo poderia ter participado do processo seletivo se fosse presencial, por causa dos custos
25 envolvidos. Então, o *online* trouxe um ganho para os candidatos provenientes de outros estados e para
26 a inserção do Programa nesses estados. O Sr. Presidente reafirmou sua preocupação no sentido de
27 outra pessoa fazer a prova pelo candidato, já que os próprios projetos podem ser fraudados. Pediu
28 esclarecimento sobre a necessidade de alterar o Regulamento no que diz respeito à política de cotas.
29 A Profa. Flavia explicou que vários aspectos precisariam ser avaliados e previstos, tais como o uso de
30 médias diferenciadas, a aplicação à primeira etapa da seleção (proficiência em línguas), a publicação
31 das listas de aprovados. Voltando ao tema da prova, o Prof. Jair opinou que não adianta ter candidatos
32 do Brasil inteiro participando do processo seletivo remotamente, se o curso será presencial. Concluiu
33 que a melhora nesse aspecto se deve ao oferecimento de algumas disciplinas de maneira *online* e
34 informou que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação está discutindo a possibilidade de manter aulas não



35 presenciais mesmo depois da pandemia. A questão que se coloca é se o aluno terá condição de fazer o
36 curso quando tudo voltar ao presencial. A Profa. Flavia comentou que os números demonstram uma
37 demanda estável de candidatos de outros estados nos últimos anos. Como professora de uma
38 universidade pública, não acha aceitável, a ideia de reduzir o número de inscritos. Entende que o
39 candidato de longe, sendo aprovado no processo seletivo realizado à distância, terá ânimo para vir
40 morar em Ribeirão Preto. Trata-se, então, de uma oportunidade importante. Portanto, restringir a
41 possibilidade de participação para ter menos encargos de gestão, não parece plausível. O Prof. Jair
42 explicou que tem um perfil democrático e, por isso, trouxe o assunto para discussão, de forma que
43 cheguem ao formato ideal para a prova. O Prof. Nojiri ressaltou que a prova presencial requer também
44 a presença dos professores na faculdade e, mesmo que usando máscaras, ninguém sabe como estará
45 o cenário da Covid na época. Afirmou que o modo *online* facilitaria também para os docentes, pois
46 nem todos precisariam se deslocar até a faculdade ao mesmo tempo para fazer as bancas. Destacou
47 que, no modelo presencial, do ponto de vista da organização, nem sempre os docentes indicados para
48 as bancas conseguem participar nas datas previstas no cronograma do edital, sendo necessário
49 improvisar com algum professor passando pelos corredores para dar certo. O Prof. Paulo comentou
50 que há uma experiência consolidada para fazer *online*, o que não quer dizer que não seja complicado
51 de administrar. Ressaltou que a qualidade da produção do Programa é maior quando tem
52 pesquisadores de origens variadas na composição do corpo docente. Concordou que exista o risco de
53 fraude, mas ponderou que talvez consigam sopesá-lo e controlá-lo, sem abrir mão das vantagens da
54 prova *online*. Entende, também, o receio do Prof. Jair a respeito de ter servidores suficientes e disse
55 que é preciso considerar toda a questão logística envolvida. Lembrou que há outras dificuldades, como
56 a correção das provas. Chegou-se a falar em “terceirizar” a correção, sob o argumento de que, havendo
57 um número de candidatos muito grande por projeto, acabam surgindo vieses, o que deixa a situação
58 um pouco fora de controle, por mais bem intencionados e cuidadosos que sejam. Sobre os projetos,
59 comentou que seria necessário um nivelamento, pois houve critérios de avaliação mais rigorosos que
60 outros, o que trouxe discrepâncias entre os vários candidatos na classificação final. Quanto à questão
61 das cotas, disse ter ficado surpreso quando a comissão da qual participou levantou informações sobre
62 experiências de outros programas de pós-graduação da USP e de universidades federais. Disse que o
63 assunto é complexo, mas teriam como aproveitar essas outras experiências. Nesse momento, em
64 relação à prova, o Prof. Guilherme, a professora Flávia, o professor Nojiri e o professor Paulo
65 manifestaram-se favoráveis à manutenção no modelo *online*. O Prof. Nojiri recomendou que ficasse
66 explícito no edital que o processo seletivo é *online*, mas as aulas são presenciais, justamente para evitar
67 que o candidato crie uma falsa expectativa quanto às aulas, alegando que não foi avisado. No que diz
68 respeito às aulas, adiantou ser a favor de manterem um modelo híbrido, pois o público de sua



69 disciplina no modelo *online* foi bem diferente do presencial, com doutorandos de fora inclusive, o que
70 melhorou muito o nível das aulas. A Profa. Flavia comentou, sobre a correção, que precisam avaliar se
71 é possível pagar para uma equipe de corretores utilizando um espelho ou gabarito, se existe esse tipo
72 de serviço de terceiros e se existe verba para isso. Concluiu que questões de confiabilidade sempre vão
73 existir e destacou que aos poucos vão aperfeiçoando o processo seletivo. Como exemplo, recordou a
74 questão do exame de proficiência em idiomas, que era um problema, mas que foi resolvido ao
75 adotarem a comprovação por meio de certificados, em lugar da prova da Fuvest. O Prof. Nojiri
76 demonstrou preocupação de talvez não haver competência específica de um serviço para corrigir as
77 provas de determinado assunto, com o nível de dificuldade para ingressar no mestrado. Ponderou que,
78 se cabe subjetivismo da parte dos professores da casa na correção, o mesmo pode ocorrer com
79 professores terceirizados. Concluiu que, se encontrarem um grupo confiável, a terceirização da
80 correção será ótima. O Prof. Paulo explicou que usou o termo “terceirização”, pois é bem difícil mesmo.
81 Na verdade, a ideia seria discutir possibilidades em relação ao trabalho de correção das provas, que
82 não é trivial, de forma a profissionalizá-lo e valorizá-lo. Disse que, quando pensa em “terceirizar”, não
83 pensa em alguém muito distante da instituição. Poderiam, talvez, pensar em ex-orientandos, ainda
84 que isto possa ter contraindicações. A ideia de terceirizar não seria a de contratar uma empresa, mas
85 fazer algo com pessoas próximas ao time de professores da FDRP, mantendo a mesma filosofia e sob
86 o controle da CPG. Também é possível pensar em melhorias para a política de cotas. O Prof. Guilherme
87 concordou que há ideias interessantes a respeito das cotas, mas cuja implementação não é possível
88 neste momento, pois é necessário alterar o regulamento, como bem destacou a Profa. Flavia. Ainda
89 sobre a correção da prova, o Prof. Nojiri disse que há egressos do mestrado em quem confia que
90 poderiam colaborar, mas teria que haver uma contrapartida do Programa, de pagar pelo trabalho. O
91 Sr. Presidente pediu que votassem a inclusão de um destaque no edital de que o certame será *online*,
92 mas com o alerta de que as disciplinas serão presenciais, quando possível. A proposta foi aprovada por
93 unanimidade. Em relação às cotas, a Profa. Flavia explicou que as sugestões de exigir notas mais baixas
94 para os candidatos cotistas nas etapas avaliativas e de postergar a comprovação de proficiência em
95 línguas para até antes do exame de qualificação requerem a modificação do Regulamento, que deve
96 ser aprovada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A Secretária leu o trecho do Regulamento, que não
97 fala sobre notas, só menciona o limite: “a cada processo seletivo, a CCP destinará determinado número
98 de vagas para candidatos negros, indígenas e com deficiência, conforme o número total de vagas
99 abertas, e não inferior a dez por cento”. A Profa. Flavia recordou problemas ocorridos no ano anterior
100 com a alocação de candidatos em listas classificatórias diferentes para cotistas e não cotistas, que
101 geraram recursos administrativos. A Secretária complementou que o Regulamento dá margem para
102 alguns aspectos, quando diz que o edital especificará o número de vagas, os procedimentos, os



103 documentos necessários, as etapas, o cronograma e os itens de avaliação com seus respectivos pesos.
104 A Profa. Flavia agradeceu os esclarecimentos. O Prof. Paulo explanou que a política de cotas tem
105 legislação federal e decreto estadual, que são adotados em todos os concursos públicos. Além disso, a
106 própria USP tem uma recomendação, uma diretriz, que é inquestionável. A questão é como
107 operacionalizar a determinação legal, de modo a possibilitar atingir os resultados buscados pela
108 política, que, em última análise, é a redução da desigualdade na composição dos quadros da pós-
109 graduação e, posteriormente, na composição dos quadros de docentes e pesquisadores. Cada concurso
110 tem o seu balanceamento étnico de desigualdade social. Acontece que, dependendo de como isso é
111 operacionalizado internamente, acaba neutralizando todo o efeito da política pelo modo como o edital
112 é organizado. São grupos sociais que não têm exatamente as mesmas condições de acesso. Então, a
113 pessoa pode ser brilhante, ter um raciocínio original, ser o melhor aluno do programa, mas ela não vai
114 ter o inglês, porque nunca teve a condição de ter um curso de inglês. Acha que a dificuldade já começa
115 aí. Outra coisa são aquelas provas de testes de múltipla escolha, que acabam favorecendo candidatos
116 que podem pagar por dois anos de curso preparatório, como ocorre nos concursos para a Magistratura,
117 por exemplo. Como a nota mínima inicial é a mesma para todos, essas pessoas não têm a mesma
118 condição que alguém que ficou se preparando por meio dos cursinhos pagos durante anos. Esse é o
119 desafio de todas as bancas de comissão de concurso: não neutralizar o efeito das políticas de acesso.
120 Percebe que, se não mudarem as regras dos editais, como essa “cláusula de barreira”, por assim dizer,
121 da etapa de proficiência, não conseguirão alcançar a eficácia da lei de cotas. É por isso que têm pensado
122 em algumas alternativas para sanar essa questão. É difícil, mas existem algumas opções. A
123 Representante Discente Rebeka destacou que a nota de corte atual na prova e na apresentação do
124 projeto de pesquisa é seis. A Profa. Flavia ressaltou que, após analisarem o perfil dos candidatos
125 cotistas, verificou-se que a média alcançada fica em torno de cinco muitas vezes. A Representante
126 Discente disse, então, que a comissão de cotas havia proposto fixar a nota cinco. Outro ponto seria
127 aumentar o percentual de reserva de vagas e fixar diferentes percentuais entre os grupos, para não
128 acontecer uma sub-representação das categorias. A proposta seria 20% para pessoas autodeclaradas
129 negras, 5% para pessoas com deficiência e 5% para indígenas. Havendo sobra de vagas de alguma
130 categoria, estas poderiam ser destinadas aos demais grupos. Outra proposta seria adotar uma
131 comissão de heteroidentificação ao final do processo seletivo, de modo que os candidatos habilitados
132 seriam submetidos à validação de sua autodeclaração pela comissão. Já teria a proposta de como seria
133 a composição dessa comissão: cinco pessoas, um parecer motivado, incluindo o pessoal do núcleo e
134 gente dos movimentos sociais e coletivos da Unidade. Há outras questões que também focam na
135 permanência estudantil. Um desses pontos seria a priorização de bolsas estudantis para os estudantes
136 aprovados por meio das ações afirmativas. Outra proposta seria um cursinho preparatório para o



137 processo seletivo, pois alguns professores já perceberam que há uma diferença muito grande de
138 preparo entre os alunos aprovados por meio de ações afirmativas e aqueles da ampla concorrência.
139 Outra ideia seria ajudar os candidatos cotistas a construir e estruturar melhor um projeto de pesquisa,
140 e não um cursinho focado nos textos que são cobrados na prova escrita. Seria uma ajuda na parte
141 metodológica dos projetos dos candidatos cotistas, com um curso de dois meses somente, ministrado
142 pelos próprios mestrandos da Faculdade. Quanto à permanência, a proposta seria viabilizar a
143 atribuição de bolsas do PAE para os cotistas. Neste quesito, a Direção disse que há verba para financiar
144 e também garantiria créditos especiais para aqueles que se inscrevessem como voluntários. O Sr.
145 Presidente disse que, embora as sugestões apresentadas fossem importantíssimas, precisavam, dado
146 o adiantado da hora, limitar-se a este edital especificamente e suas possibilidades. O Prof. Paulo
147 complementou que as propostas mencionadas pela Representante Discente foram retiradas de editais
148 de outros programas de pós-graduação da USP e de universidades federais. Portanto, não estão
149 criando nada diferente do padrão utilizado por diferentes concursos públicos, inclusive para carreiras
150 jurídicas. Além disso, são propostas na linha do que já vinha sendo pensado para o crescimento
151 gradativo da oferta de cotas, até porque a nota é uma questão de perfil da população, que tem um
152 percentual de negros de quase 56%. Claro que não vai dar para chegar aos 56%, mas os 30% já estavam
153 nos planos. Pensando no que é possível para o edital, há três grandes problemas com relação à política
154 de cotas: o ingresso, a permanência e a operacionalização administrativa disso. Para o ingresso,
155 pensaram na nota cinco (5) como nota mínima para cotistas e, para concorrência geral, deixar a nota
156 seis (6). Com relação à questão de permanência, é uma coisa que estão vendo na Direção. Outra
157 possibilidade seria incluir no PAE, na definição das bolsas, o critério para cotista. A Profa. Flavia
158 informou que o critério de prioridade para cotistas já havia sido incluído pela Comissão do PAE. O
159 Prof. Paulo explicou que, com relação ao controle, a comissão de heteroidentificação é algo que já tem
160 sido utilizado em outros concursos e consiste em decidir, ao final do certame, analisando o fenótipo
161 da pessoa. Esclareceu que é fácil incorporar as sugestões de nota diferenciada, de comissão de
162 heteroidentificação e de delimitação dos percentuais de vagas por categoria. Também gostariam de
163 incluir transexuais e quilombolas, o que já acontece na UnB, UFBA e UFRJ, mas não seria possível,
164 pois o Regulamento prevê pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Ficariam divididos por
165 estratos, o que ajudaria na organização das listas: 20% para um, 5% para outro e outros 5% para outro.
166 O que não for preenchido, remaneja para outra categoria. Se também não for preenchido, remaneja
167 para ampla concorrência. Isto ajuda a administração, porque separa por categorias e não 30% das
168 vagas simplesmente. A Profa. Flavia lembrou que, no ano anterior, fizeram um trabalho de
169 sensibilização com os professores para conseguirem um número maior de vagas para cotistas.
170 Explicou que, num primeiro momento, dividiram entre as três categorias, mas não teve procura pelos



171 indígenas. Por isso, voltaram para a concorrência geral, para terem maior uso das vagas. O Prof. Paulo
172 disse que existe a proposta de deixar as vagas separadas por categoria, mas permitindo um
173 remanejamento. A questão é o limite da conveniência e da oportunidade. O Prof. Jair sugeriu a
174 nomeação de uma comissão para o processo seletivo, a exemplo do que foi feito no ano anterior, com
175 um docente representante de cada projeto. Sugeriu, ainda, que analisassem o cronograma do edital.
176 Quanto ao formato da prova, mantém-se como no ano passado e, no que diz respeito às cotas, o Prof.
177 Paulo poderia sugerir alterações pontuais no edital. O Prof. Nojiri recordou que, em 2021, os docentes
178 foram consultados sobre o interesse em abrir vagas para cotistas, mas nem todos abriram. Opinou
179 que, para a política de cotas funcionar, deve-se criar as vagas e colocar aos docentes que eles devem
180 orientar. Só fazer uma consulta, não surtiu resultado. A Profa. Flavia achou ótimos os
181 encaminhamentos sugeridos pelo Prof. Jair, mas adiantou que não poderia fazer parte da comissão
182 organizadora do processo seletivo de 2022, pois agora é da Comissão de Pesquisa (CPq). Disse que
183 somente fará a parceria entre a CPq e a CPG para a organização do Seminário de Pesquisa. Sugeriu
184 que a comissão do processo seletivo tenha o Presidente da CPG e o Coordenador ou outro docente de
185 cada projeto, pois é esse professor que vai sugerir as bibliografias que precisam estar alinhadas a cada
186 projeto. Comentou que, em seu grupo, a cada ano, há um revezamento dos professores entre a
187 elaboração e correção das provas e uma carga maior de bancas. Também há um revezamento temático,
188 de acordo com a bibliografia que cada dupla domina. Sobre as cotas, ressaltou que precisam pensar
189 bem, pois a média de vagas no quadriênio precisa ser constante e deve haver um balanceamento. Não
190 adianta ter um orientador oferecendo dez vagas e outro, três. Uma sugestão seria que cada orientador
191 assumisse ao menos uma vaga de cotista, o que talvez minimize a discussão a respeito do percentual
192 de vagas para esses candidatos. Para a CAPES, não existe muita distinção entre cotista e não cotista,
193 mas deve haver um padrão, tendo em vista as avaliações, que consideram essa constância no
194 oferecimento de vagas como um critério muito importante. O Prof. Paulo declinou de participar da
195 comissão organizadora do processo seletivo, pois terá muita demanda como coordenador de projeto.
196 Considerou também o trabalho na Comissão para a Política de Cotas como uma contribuição ao
197 processo seletivo. Concordou que a questão de cotas é uma política pública do Programa, e não uma
198 opção individual. Então, deve haver uma distribuição uniforme pelos projetos, e não algo que somente
199 os orientadores do “acesso à justiça e desigualdades” abracem. Acha interessante que cada projeto
200 indique, no mínimo, um professor para a comissão de organização do processo seletivo, de modo que
201 as pessoas se envolvam no debate e entendam o porquê das coisas. O Sr. Presidente abriu votação para
202 os pontos já debatidos: definição da nota cinco para os candidatos cotistas e seis para os da ampla
203 concorrência; estabelecimento de percentuais de vagas para cotistas por categoria; composição de
204 comissão organizadora para o processo seletivo; designação de comissão de heteroidentificação, a ser



205 regulamentada; cronograma do processo seletivo. Todos os pontos foram aprovados por
206 unanimidade. Sugeriu deixar a definição do percentual de cotas e a nomeação da comissão
207 organizadora do processo seletivo para depois. O Prof. Jair concordou e sugeriu uma consulta por e-
208 mail aos membros da CPG. Afirmou que, se optarem por oferecer 30% das vagas para cotistas e,
209 eventualmente, não houver orientador, os alunos poderão ficar sob orientação da coordenação do
210 curso, sendo depois repassados aos outros professores do Programa. Sugeriu aprovarem até 30% e
211 depois definirem o número de vagas. O Prof. Paulo concordou e esclareceu que 30% pode parecer
212 muito, mas são oito ou nove vagas somente. A Profa. Maria Paula disse ter receio dessa sinalização no
213 edital, pois não tem conversado com seus colegas de projeto, os professores Eduardo e Juliana, em
214 decorrência da pandemia. Acha que deveriam ser mais conservadores ainda neste ano para evitar
215 divulgação de um aumento de vagas que, eventualmente, não corresponda à demanda. Perguntou se
216 não poderiam consolidar mais o debate sem assumir este número neste momento. O Sr. Presidente
217 explicou que a ideia seria aprovarem a destinação de até 30% das vagas para cotistas e buscarem essas
218 vagas junto aos colegas, para depois lançarem o edital com o número certo de vagas. A Representante
219 Discente alertou que, desta forma, o edital ficará igual ao do ano passado, com vagas reservadas apenas
220 por alguns orientadores, o que acaba restringindo as opções dos cotistas, se nem todos os orientadores
221 abrirem vagas e não houver algum que pesquise o tema do candidato. O Prof. Paulo disse que
222 poderiam manter no mínimo 20% das vagas para as cotas e garantir que os alunos tenham
223 orientadores da linha de pesquisa desejada, conforme seu projeto, afinal é uma política e precisam
224 tomar cuidado para não haver retrocesso. Compreendeu o receio da Profa. Maria Paula, mas afirmou
225 que o Programa deve tentar assegurar essa condição para que a política afirmativa de fato aconteça.
226 Não saberia como operacionalizar isso agora, mas se comprometeu a pesquisar com a Representante
227 Discente como outras instituições têm trabalhado. Além da questão de o aluno cotista acabar sofrendo
228 com a adequação do tema e a dificuldade de ter um orientador que o acolha, tem a questão da
229 discriminação no final, pois há orientadores não querem assumir orientação dos alunos cotistas.
230 Sugeriu, então, que aprovassem a diretriz de até 30% das vagas para cotistas com um piso de 20%,
231 que é o patamar atual. Assim, enquanto o Presidente e Vice-Presidente da CPG vão falando com os
232 professores, ele e a Rebeka vão pesquisando um jeito de resolver os outros problemas. O Sr. Presidente
233 concordou, mas não vê como implementar tudo no edital de 2022. Portanto, conduziria a votação
234 como foi sugerido pelo Prof. Paulo. A Profa. Flavia sugeriu que cada projeto abrisse as vagas para os
235 cotistas e depois, internamente, fizesse a distribuição entre seus orientadores. O Sr. Presidente,
236 embora tenha gostado da proposta, disse que poderiam pensar nela depois e sugeriu votação sobre a
237 fixação de reserva de vagas entre 20% e 30%. O Prof. Paulo, por uma questão de semântica, sugeriu
238 dizerem que a meta é alcançar os 30%. O Prof. Guilherme disse, então, que o piso deste ano seria



239 mantido, mas com a proposta de chegar até os 30%. A proposta foi aprovada, com a abstenção da
240 Profa. Maria Paula Bertran. **2 – Aprovação da Grade Horária do 1º semestre de 2022.**
241 Aprovada por unanimidade a grade horária proposta com as seguintes disciplinas, seus respectivos
242 ministrantes e colaboradores indicados: DRP6009 – Direitos Humanos e Movimentos Sociais
243 (segundas-feiras, das 18h30 às 22h30), DRP6011 – Tutela Jurisdicional no Estado Democrático de
244 Direito: Legitimidade e Efetividade dos Direitos Fundamentais (segunda-feira, das 19h às 23h);
245 DRP6034 – Corrupção, Negócios e Instituições na América Latina (terça-feira, das 8h15 às 12h15);
246 DRP5001 – Direito, Ciência e Método (terça-feira, das 19h às 23h) e DRP6022 – Estado e
247 Concorrência: Intervenção, Contratação e Regulação (concentrada em oito sextas-feiras). Nada mais
248 havendo a tratar, o professor Guilherme Adolfo dos Santos Mendes deu por encerrada a sessão às
249 12h09, da qual, para constar, eu, Vania Cristina Vasconcellos Prudencio,
250 *Vania C. V. Prudencio*....., lavrei e digitei esta ata, que será examinada pelos membros presentes
251 à reunião em que for discutida, aprovada e por mim assinada. Ribeirão Preto, 11 de fevereiro de 2022.